

EXCOGITANDO A PROPOSTA DE LINHA DO TEMPO INTERATIVA NO ENSINO DE HISTÓRIA:

O caso da Ilha d'Água e seus diálogos com as Histórias Ambiental,
Patrimonial e Local

*Marcella Albaine Farias da Costa**

*Marcus Leonardo Bonfim Martins***

*Fabiano Cabral de Lima, Juliana Bacelar de Matos, Luana Souza da Silva,
Thais Sachie T. Fernandes e Thayenne Roberta Nascimento Paiva****

RESUMO: Atualmente, vigoram vultosos debates acerca da possibilidade de uma nova modalidade historiográfica, chamada de história digital. Com o intuito de esquadriharmos suas implicações, teóricas e metodológicas, na área de História, o presente artigo tem por objetivo, ao discutir as noções de tempo e suas variantes (tempo histórico, tempo cronológico, tempo natural, tempo social, temporalidade) e de História Ambiental e, História Patrimonial e Local apresentar, na possibilidade de uso de plataformas digitais interativas, uma potencial ferramenta e suporte pedagógico. O recorte temático preterido incidirá sobre a antiga e atual situação da Ilha d'Água, localizada na baía de Guanabara, na cidade do Rio de Janeiro. A seguir, trataremos de expor, empiricamente, a possibilidade de mobilização de uma linha do tempo interativa criada pelos alunos da disciplina Didática Especial em História, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

PALAVRAS-CHAVE: linha do tempo digital; História Ambiental; História Patrimonial; História Local; Ilha d'Água.

EXCOGITATING A PROPOSAL OF INTERACTIVE TIMELINE IN HISTORY TEACHING: THE CASE OF ILHA D'ÁGUA AND ITS DIALOGUES WITH THE ENVIRONMENTAL, HERITAGE AND LOCAL HISTORIES

ABSTRACT: Nowadays there are ample debates about the possibility of a new historiographical modality, named digital history. With the intention of investigating its implications, theoretical and methodological, in the History field, this article aims to, through discussions about conceptions of time and its variants (historical time, chronological time, natural time, social time, temporality) and Environmental History and Patrimonial and Local History, introduce, with the prospect of usage of

* Doutoranda em História pela UNIRIO. Mestre em Educação pela UFRJ. Especialista em Tecnologia Educacional pela UFRJ. Professora da educação básica. E-mail: marcellaalbaine@gmail.com.

** Doutorando em Educação (PPGE/UFRJ). Mestre em Educação (PPGE/UFRJ). Especialista em Ensino de História (CESPEB/UFRJ). Professor de História da rede estadual fluminense.

*** Graduandos e graduados de Bacharelado e Licenciatura, respectivamente pelo Instituto de História e Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail (por ordem alfabética): fabianokbral@gmail.com; juliana.matos@ifrj.edu.br; luana_souzas@yahoo.com.br; thaisachie@yahoo.com.br; thayenne-intelectus@hotmail.com.



interactive digital platforms, a potential tool and pedagogical support. The selected topic falls upon the former and the current situation of d'água Island, located in the Guanabara Bay, in the city of Rio de Janeiro. Subsequently, we will expose, empirically, the possibility of mobilization of a interactive timeline, created by students of the Special Didactics in History discipline, from the Federal University of Rio de Janeiro.

KEYWORDS: Digital Timeline; Environmental History; Patrimonial History; Local History; d'Água Island.

* * *

Introdução

Na década de 1980, o historiador Ciro Flamarion (1988) já tecia críticas quanto ao pouco debate sobre as formas de mobilização do tempo nas pesquisas históricas, isto é, a importância metodológica que reside sobre o uso desta importante ferramenta e tão cara aos historiadores:

O desleixo é grave, pois pode-se constatar que as múltiplas possibilidades a respeito têm sido insuficientemente exploradas; ou seja, que a maioria dos historiadores utiliza, ao trabalhar, poucas das variadas dimensões temporais disponíveis e pertinentes para a pesquisa em História¹.

Sendo o tempo “a permanência da realidade social, e a história como processo criador do humano”², muitos historiadores reduzem seus trabalhos à problemática de diferenciação entre tempo histórico e tempo físico, sem, contudo, se atentarem para outras explanações advindas de cientistas sociais³ das outras áreas do saber humano acerca de outras possibilidades de pensar a questão do tempo e da temporalidade. Problema este, aliás, que se estende, inclusive, ao ensino de História.

Podemos afirmar que a situação sofreu alguma mudança, desde a insatisfação apresentada pelo historiador Ciro Flamarion? Possivelmente, não, a julgarmos a presença do mesmo dissabor presente em um artigo de 2003 e escrito pelo especialista em historiografia antiga e moderna, o francês François Hartog. Neste seu artigo, adverte a mera instrumentalização do tempo pelo profissional em História, que não se preocupa em teorizar a respeito da ferramenta mobilizada:

O historiador vive quotidianamente o tempo, mas mesmo que ele não mais se interesse, no dizer de Benjamin, pelo tempo linear “homogêneo” e “vazio”, ele corre o risco de simplesmente instrumentalizar o tempo. Constitui também tarefa do historiador tentar pensar sobre o tempo, não sozinho, é óbvio. Diante de nós, houve vários momentos em que o tempo foi objeto de uma intensa reflexão⁴.

¹ FLAMARION, Ciro Cardoso. *Ensaio racionalistas: filosofia, ciências naturais e história*. Rio de Janeiro: Campus, 1988, p. 25.

² BAGÚ, Sergio. *Tiempo, realidade social y conocimiento*. México, Siglo XXI, 1970, p. 104.

³ Os diálogos sobre as noções de tempo e de temporalidade podem ser múltiplos e interdisciplinares. Podemos pensar estas noções pela Sociologia, pela Filosofia, pela Antropologia, pela Teoria Literária, pelos mitos e até pela tentativa da negação do tempo, como fizeram os indianos, a fim de impedir quaisquer percepções de mudanças temporais, porque implicava em negatividade e queda. Sobre esta particularidade, por exemplo, ver: PAZ, Octavio. A tradição da ruptura. In: _____. *Os filhos do barro. Do romantismo à vanguarda*. Tradução Olga Savary. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p. 29-30.

⁴ HARTOG, François. Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo. *Revista de História* 148, 1º, 2003, p. 10.

Todavia, a problemática não se circunscreve apenas aos meios acadêmicos e de pesquisa histórica. Igualmente é observado a ausência de um tratamento especial à temática do tempo no ensino escolar de História, sendo reduzido ao papel de cronologia, periodização ou ideologia. Ou, ainda, reduzida a noção de tempo enquanto vinculada a periodizações eurocêntricas ou etapistas, ou aos marcos festivos ou separando vencedores e vencidos⁵.

Destarte, é justamente recuperando essas críticas, que conduziremos nossas explanações sobre o tempo e a forma como ele pode ser usado, em sua forma prática, por meio de uma linha do tempo interativa com professores de história, historiadores, pesquisadores afins e diletantes sobre o assunto. Para tanto, o recorte escolhido será promovido em diálogo com outras modalidades historiográficas, a saber: História Ambiental e, a História Local e Patrimonial. O objetivo é pensarmos estas modalidades historiográficas e a produção da linha do tempo digital circunscritas a uma temática especial: a degradação ambiental da Ilha d'Água, situada a leste da Ilha do Governador e localizada na região da Baía de Guanabara conforme a *figura 1* demonstra.

Mostraremos as imagens dentro da plataforma *Prezi*, para direcionar o trabalho com a linha do tempo interativa criada pelos autores do artigo.



Fig. 1

Prezi. <https://prezi.com/iay-ohkqvtbt/untitled-prezi/?utm_campaign=share&utm_medium=copy>. Acessos em 12 de março de 2016.

⁵ GLEZER, Raquel. A noção do tempo e o ensino de história. *LPH - Revista de História*, v. 2, nº 1, 1991, p. 1-4.

Entre a História Ambiental e, a História da Educação Patrimonial e Local: pensado o caso da Ilha d'Água

Antes de problematizarmos os conceitos, faz-se necessária a apresentação e a recuperação histórica do objeto da presente análise, remontando às mudanças políticas e geográficas do Rio de Janeiro desde o século XVI, uma vez que o seu meio ambiente e as formas da sua ocupação serão aqui consideradas no seu aspecto material e imaterial. Como será demonstrado adiante, a aparente divisão dos conceitos não retrata a realidade da sua interdisciplinaridade. Em outras palavras, defende-se que as transformações na geografia local alteraram não somente o patrimônio histórico-cultural material, mas também o imaterial.

A Ilha d'Água, localizada na baía de Guanabara, na cidade do Rio de Janeiro, era ocupada com a finalidade principal de lazer e pesca até meados do século XX, sofrendo grande alteração na sua vegetação e usufruto após a instalação, a partir de 1961, da Refinaria Duque de Caxias (REDUC). As fontes dessas alterações na paisagem da Ilha d'Água estão expressas em fotos que estão em domínio público em *site* da *internet*⁶. Segundo o sítio eletrônico da Petrobras (2016)⁷, são realizadas, atualmente, no terminal, operações de cabotagem, importação e de exportação de derivados de petróleo, assim como o escoamento de diversos produtos.

Retrocedendo no tempo, a baía, em seu *status* atual, converge e apresenta influências da história do Rio de Janeiro em seus diversos períodos. Sedrez (2004) comenta que até mesmo o nome da cidade teve sua origem na baía: exploradores portugueses acreditavam ter encontrado um rio quando desembarcaram, em 1502. O capitão da frota, André Gonçalves, acreditando ter encontrado um rio, o batizou de “Rio de Janeiro”. O nome Guanabara já tinha sido dado pela população nativa que ali residia⁸.

Mem de Sá fundou a cidade do Rio com o objetivo de proteger a baía de Guanabara, com sua posição geográfica privilegiada, das invasões que pudessem prejudicar o *status* do Brasil como colônia portuguesa⁹. Ana Maria Monteiro de Carvalho comenta que, sendo o principal porto de entrada do Brasil, os projetos e plantas que retratavam a baía de Guanabara envolviam fortificações destinadas à

⁶ Site referência: TERRA: <<http://fotolog.terra.com.br/ilhadogovernador>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2016.

⁷ Site referência: PETROBRÁS: <<http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/terminais-e-oleodutos/terminal-ilha-d-agua.htm>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2016.

⁸ SEDREZ, Lise. *The Bay of All Beauties: State and Environment in Guanabara Bay, Rio de Janeiro, Brazil, 1875-1975*. Tese de doutorado. Universidade de Stanford, 2004, p. 30.

⁹ Id., 2004, p. 36.

defesa da cidade¹⁰. O início da colonização também marcou o começo da utilização dos recursos naturais da baía e de suas ilhas e mangues. Maria Angélica Maciel Costa (2015) aponta que, com o ciclo da cana de açúcar começam a surgir as características que marcam a questão dos corpos hídricos locais: com a necessidade de acomodação da cidade entre montanhas e o mar, dá-se início à chamada “luta” do homem contra as áreas úmidas, com o processo de aterramento¹¹. Com a chegada da família real em 1808, o Rio de Janeiro e a baía de Guanabara se tornaram ainda mais intrínsecos: para visitar a capital, visitantes deveriam chegar pela baía, com o Pão de Açúcar como paisagem.

Sedrez (2004) salienta que a baía de Guanabara era, provavelmente, a paisagem mais celebrada da América Latina no século XIX¹². São desse período as primeiras pinturas de paisagem da baía, com as principais construções e representação da vida cotidiana da cidade¹³. Com a instalação da malha ferroviária para o vale do rio Paraíba no ciclo do café, o sistema fluvial caíria em desuso, e a paisagem da baía se redefiniria em duas zonas: a natureza bucólica e idílica (Paquetá, Ilha do Governador, Charitatas) e a cenário urbano do mundo moderno (Gamboa, Saúde), com seus prédios, estaleiros e indústrias¹⁴.

Apesar do processo de urbanização da cidade do Rio de Janeiro, iniciado no governo Pereira Passos, o saneamento básico continuava a ser uma questão de preocupação e transtorno, que desencadearia, na década de 1950, no aumento da degradação e poluição na baía de Guanabara. A abertura da Avenida Brasil, em 1940, durante o período da Era Vargas, foi possível graças a aterros sanitários, que acompanharam a instalação de indústrias químicas, farmacêuticas e de refinaria junto com o crescimento populacional e a crescente demanda por moradias¹⁵.

No caso da Ilha d’Água, a degradação ambiental sob a qual a região foi submetida alterou a memória, as práticas e as representações do local. Contribuíram para tal fato, além dos aterramentos, que alteraram o fluxo das águas e aceleraram a sedimentação de resíduos, desastres ambientais. Podemos exemplificar com dois acidentes que ocorreram: em 1998 houve um vazamento de Petróleo de

¹⁰ CARVALHO, A. M. F. M. A Baía de Guanabara: os itinerários da memória. *Revista USP*. São Paulo, n.º. 30, 1996, p. 162.

¹¹ MACIEL COSTA, Maria Angélica. Da lama ao caos: um estuário chamado Baía de Guanabara. *Cadernos Metrópole*, vol.17 no.33.São Paulo, maio 2015.

¹² SEDREZ, Lise. *The Bay of All Beauties: State and Environment in Guanabara Bay, Rio de Janeiro, Brazil, 1875-1975*. Tese de doutorado. Universidade de Stanford, 2004, p. 37.

¹³ CARVALHO, A. M. F. M. A Baía de Guanabara: os itinerários da memória. *Revista USP*. São Paulo, n. 30, 1996, p. 162.

¹⁴ Id., 1996, p. 164.

¹⁵ MACIEL COSTA, Maria Angélica. Da lama ao caos: um estuário chamado Baía de Guanabara. *Cadernos Metrópole*, vol.17 n.º 33, São Paulo, maio 2015.

duto que ligam a Ilha d'Água e a REDUC, aonde vazaram cerca de 15 mil litros de petróleo¹⁶; e, em 18 de janeiro de 2000, um duto que ligava a Refinaria Duque de Caxias (Reduc) ao terminal Ilha d'Água, rompeu-se, provocando um vazamento de 1,3 milhão de litros de óleo combustível nas águas da baía¹⁷. As comunidades da região foram as mais afetadas pelo vazamento, e os danos ambientais foram gigantescos, com os gastos decorrentes para controle do vazamento estimados em R\$ 103,7 milhões, e ainda multas e indenizações que somariam R\$ 37 milhões¹⁸.

O problema se agrava se recuperamos a instalação das refinarias de Manguinhos e de Duque de Caxias que sinaliza o início da relação existente entre a Baía de Guanabara e o petróleo. Apesar do Rio de Janeiro ter passado por um significativo processo de industrialização, o processo de urbanização ficou praticamente limitado às regiões mais ricas do Estado da Guanabara, enquanto no Estado do Rio de Janeiro, que era mais pobre, o processo de urbanização se deu de forma limitada. Com a fusão dos dois estados a desigualdade no desenvolvimento dos dois espaços ficou ainda mais visível, e teria efeitos duradouros sobre as políticas pensadas para a baía de Guanabara. As fraturas espaciais¹⁹ se acentuam ainda mais nesse momento.

A região metropolitana do Rio de Janeiro abriga a Refinaria de Duque de Caxias (REDUC), da Petrobrás, e a Refinaria de Manguinhos, que é privada. As ilhas da baía de Guanabara – Ilha Redonda, Ilha d'Água e Ilha do Governador – são utilizadas como terminais de transporte de produtos petrolíferos²⁰. Existe ainda o plano de construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), que está previsto para ser instalado em Itaboraí. Com a finalização desse projeto, o impacto industrial e demográfico na região da baía de Guanabara irá aumentar de forma exponencial (ibid.). Para Carvalho (1996), a baía passou no século XX por uma profunda transformação na sua unidade. Seus principais lugares de circulação agora servem com o propósito de ligação direta, não de integração entre os locais. A Ponte Rio-Niterói, a Linha Vermelha e a Avenida Beira Mar são locais em que se chega ao outro lado, e sua finalidade serve para acentuar ainda mais as fraturas espaciais²¹.

¹⁶ O GLOBO, 1998: < <http://oglobo.globo.com/economia/petroleo-e-energia/petrobras-tera-de-indenizar-pescadores-em-50-milhoes-por-vazamento-na-baia-de-guanabara-12561414>>. Acessos em: 1 de março de 2016.

¹⁷ O GLOBO, 2000: < <http://oglobo.globo.com/economia/petroleo-e-energia/petrobras-tera-de-indenizar-pescadores-em-50-milhoes-por-vazamento-na-baia-de-guanabara-12561414>>. Acessos em: 1 de março de 2016.

¹⁸ BERTOLI, Ana Lucia. RIBEIRO, Maisa de Souza. Passivo ambiental: estudo de caso da Petróleo Brasileiro S.A-Petrobrás. A repercussão ambiental nas demonstrações contábeis, em consequência dos acidentes ocorridos. *Rev. adm. contemp.* v.10 n.2 Curitiba abr./jun. 2006.

¹⁹ CARVALHO, A. M. F. M. A Baía de Guanabara: os itinerários da memória. *Revista USP*. São Paulo, n. 30, 1996, p. 166.

²⁰ MACIEL COSTA, op. Cit., 2015.

²¹ CARVALHO, op. Cit., 1996, p. 168.

Desse modo, se houve intensa modificação na geografia da área – e na da Ilha d’Água, particularmente – e se as práticas locais foram drasticamente alteradas, não só na Ilha d’água, mas como aponta Sedrez (2004), o processo de modificação do território da baía de Guanabara é resultado de um processo de urbanização, alterando a geografia não só da baía, mas também das ilhas vizinhas que compõem a mesma. Podemos afirmar, considerando o conceito anteriormente citado, que tanto a formação de uma identidade como a sua perpetuação foram prejudicadas em se tratando da Ilha d’Água. A memória do indivíduo que possuía livre acesso à região e interagia com a sua topografia, antes da sua ocupação pela petrolífera, parecerá distante e até mesmo irreal às gerações para as quais a mesma experiência não mais permite reprodução.

Segundo definição, constante na convenção da UNESCO, sob o título *Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage*, o patrimônio cultural imaterial é transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

Coelho (2007) descreve a Ilha d’Água, ressaltando esse “elo” perdido, tendo sido, outrora, uma das visões paisagísticas mais interessantes

(...) em um dos cantos da praia, havia um cais que permitia a entrada e a saída do mar e servia de catifeiro para peixes previamente apanhados. O relato, como observado, difere de forma distinta da imagem associada, nos dias de hoje, à ilha; infelizmente, não sendo raras, as notícias denunciando os altos níveis poluição no local²².

Castro et al. (2010) e Silva (1995), chamam a atenção para a prevalência, no início do Estado Novo, do aspecto material do patrimônio histórico. Segundo os autores, era comum associar o conceito aos sítios arquitetônicos, edificações, obras de arte e monumentos consagrados pela crítica. Não existia ainda uma abordagem do caráter imaterial, menos elitista, tão pouco uma preocupação do seu ensino nas escolas. Os dois autores apontam para o caráter ativo do ensino. Segundo eles, o conhecimento não deve ser passado de forma passiva ao aluno, mas esse deve criar, problematizar, construir, a partir da relação com o objeto ou o meio ambiente, a sua identidade em relação à realidade apresentada²³.

²² COELHO, Victor. *Baía de Guanabara: Uma História de Agressão*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007, p. 195.

²³ SILVA, Marcos A. da. Patrimônios históricos. In.: *História o prazer em ensino e pesquisa*. São Paulo, Brasiliense, 1995.

Magali de Castro (2010) e Oriá (1999) discutem que a norma jurídica – lei de diretrizes e bases da educação, assim como a própria constituição – no seu caráter positivo, torna a percepção individual do meio ambiente problemática, por desconsiderar as especificidades de cada contexto abordado, acabando por produzir programas omissos acerca das dimensões socioeconômica e cultural. Oriá (1999) ainda destaca a importância de entendermos a educação como agente promovedor da cidadania – não somente um conjunto de direitos, mas de deveres²⁴.

A partir da leitura dos autores supracitados apreendemos que somente é preservado aquilo que se valoriza. Contudo, sem a contextualização adequada, sem a proteção necessária e sem serem consideradas as formas de fazer, na edificação do patrimônio individual, a saber, a coletividade a fomentar o subjetivo, relatos, como os do livro “Baía de Guanabara: Uma história de agressão ambiental”, serão perdidos.

Desse modo, para a manutenção da memória, é fundamental a atuação do profissional de história na sala de aula. Sem o seu auxílio na recuperação dos elementos históricos pertencentes a um relato não será possível às novas gerações criarem uma relação pessoal com a Ilha, muito menos construir uma identidade local. Cabe ao professor, a partir do conhecimento prévio dos alunos, desvendar através da exploração do ambiente, o que elementos remanescentes contam a respeito de um determinado sítio, para além das referências meramente didáticas.

Ao contrário do pensamento positivista de que o ensino de história deveria se ocupar tão somente dos grandes eventos e ser embasada nas fontes escritas, entendemos e defendemos, neste trabalho, que sem a compreensão da história local, daquilo que lhe toca de forma mais próxima, o aluno terá maior dificuldade na contextualização de eventos mais longínquos, ainda que o afetem se considerados na sua temporalidade.

Como bem destaca Silva (2009), o trabalho com a história local deve ser entendido como uma estratégia de ensino, a fim de introduzir conteúdos, além dos manuais didáticos, articulando assuntos nacionais e mundiais, levando o aluno a desenvolver uma consciência histórica²⁵.

²⁴ ORIÁ, Ricardo. *Educação patrimonial: conhecer para preservar*. Disponível online em: <<http://www.aprendebrasil.com.br>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2016.

²⁵ SILVA, Giane De Sousa. *Programa de Desenvolvimento Educacional: História Local: uma experiência em educação histórica*. Londrina, 2009.

Admitimos neste contexto, devido a sua pertinência, a introdução do conceito das experiências metacognitivas uma vez que as mesmas designam, segundo Flavell (1976)²⁶: “os processos pelos quais se é capaz de exercer controle e auto-regulação durante a tarefa de resolução de um problema, permitindo ao sujeito tomar consciência do desenrolar da sua própria atividade”. Portanto, por meio da metacognição o aluno é capaz de tomar consciência do processo de aprendizagem e da consciência histórica.

Silva (2009), embora não desenvolva em seu artigo o conceito de metacognição, salienta a importância da percepção do conhecimento prévio trazido pelos alunos, do conhecimento cultural permeado pelas suas vivências e pela percepção do desconhecimento sobre os assuntos problematizados para a materialização das experiências metacognitivas. Inferimos, assim, que através da consciência do processo de aprendizado, é possível aos alunos terem uma relação com a matéria não meramente conteudista – na qual o conhecimento é transmitido de forma passiva –, mas construtivista – na qual o aluno é também agente do próprio saber.

Observamos, pela experiência de ensino apresentada, como a forma de relacionar-se com uma matéria muda drasticamente o modo como ela é vista pelo aluno. Retomando a distinção entre patrimônio histórico-cultural material e imaterial, conseguimos constatar que o corpo discente possui a ideia de que a história se encontra restrita ao passado distante, a algo imobilizado no tempo, sem nenhum espaço para descoberta, sendo o professor mero mediador entre tais informações. A sua percepção está fundamentada no material, no ensino tradicional e restrito aos espaços consagrados para este fim.

Para que haja mudança na mentalidade, é necessária uma transformação na abordagem do ensino. A imaterialidade do patrimônio histórico cultural só pode ser ensinada de forma participativa, na descoberta, na recriação do fato. Somente assim haverá uma real mudança no paradigma ensino-aprendizagem.

A título de destaque, com as Olimpíadas de 2016 do Rio de Janeiro, as atenções do Comitê Olímpico Internacional (COI) se voltaram para a Baía de Guanabara, com a preocupação pela qualidade da água para a realização das provas de competição. A partir daí o Estado retoma alguns projetos de despoluição da Baía da Guanabara, unindo esforços políticos e financeiros. Maciel da Costa (2015)

²⁶ FLAVELL *apud* RIBEIRO, Célia. Metacognição: um apoio ao processo de aprendizagem. *Psicol. Reflex. Crit.* [online]. 2003, vol.16, n.1, pp. 109-116.

aponta contradição nos esforços governamentais: ao mesmo tempo em que dá continuação a processos de despoluição da Baía de Guanabara para honrar o compromisso com o COI, também existe o plano de consolidar a região como polo da indústria do petróleo. A ambivalência despoluir/ industrializar é apenas umas das contradições presentes na relação do homem e da administração pública com a Baía de Guanabara. O prazo para o programa de despoluição da Baía de Guanabara é 2016, ao custo estimado de 1,14 bilhão de reais. Dentro desse projeto, existe o objetivo de criar novas possibilidades de turismo na região e despoluição das praias da Ilha do Governador²⁷.

E o tempo, o que tem que ver com isso?

A palavra tempo possui, em si, sentido polissêmico. Podemos nos referir a ele como sendo o tempo do relógio, do calendário, ou do individual e do coletivo²⁸. Sobre estes dois últimos aspectos, podemos dizer que “(...) a percepção do tempo é um aspecto essencial da consciência do homem comum”²⁹. Em outras palavras, a própria variedade do sentido de tempo está relacionada com a forma como a sociedade o define e o encara. O próprio sentido conferido ao tempo pode variar no tempo e ser diversificado a sua mobilização entre os historiadores³⁰. Com o seu uso pela história, como ferramenta e base central, dotou-o de certa contingência de ser representado nas narrativas históricas³¹.

Possibilita-nos, ainda, ressaltar outro aspecto dessa categoria histórica, que é a diferenciação entre o tempo histórico, enquanto produto das ações, relações e formas de pensar do homem no tempo; e, tempo cronológico, relacionado com o quantitativo temporal, a sucessão linear de acontecimentos e datas³². Assim, com a tecnologia realizamos a capacidade de medi-lo e o tempo histórico

²⁷ SOUZA, Leonardo. A lição que vem do Rio. *Revista Época*. Editora Globo. Edição Especial. Rio de Janeiro, 9/03/2013.

²⁸ Ver SCALDAFERRI, Dilma Célia Mallard. Concepções de tempo e ensino de história. *História e Ensino*, Londrina, v. 14, agosto de 2008, p. 53; SIMAN, Lana Mara de Castro. A temporalidade histórica como categoria central no pensamento histórico: Desafios para o ensino e aprendizagem. In: De ROSSI, Vera Lúcia Sabongi; ZAMBONI, Ernesta. (Org.). In: ROSSI, V. L. S. de; ZAMBONI, E. (Org.). *Quanto tempo o tempo tem*. 2ª ed. Campinas, SP: Alínea, 2005. cap. 7, p. 109.

²⁹ PINO, Angel. Tempo real, tempo vivido, representações do tempo. In: ROSSI, V. L. S. de; ZAMBONI, E. (Org.). *Quanto tempo o tempo tem*. 2ª ed. Campinas, SP: Alínea, 2005. cap. 3, p. 51.

³⁰ Não corresponde aos objetivos do presente artigo resgatar a historiografia do tempo, isto é, apresenta-lo em suas diversas nuances e como foi considerado pelas numerosas correntes históricas. Remeter-nos-emos a tais aspectos em poucos momentos, quando necessário.

³¹ BARROS, José D'Assunção. Os tempos da história: do tempo mítico às representações historiográficas do século XIX. *Revista Crítica Histórica*, ano I, nº 2, dezembro de 2010, p. 180.

³² TURAZZI, M. Inez e GABRIEL, Carmen Teresa. O fio e a trama: os tempos da História. In: TURAZZI, M. Inez e GABRIEL, Carmen Teresa. *O tempo e a História*. São Paulo: Ed. Moderna, 2000, p. 36.

se vale desta medição para marcar, temporalmente, as ações do homem dentro de um “*continuum*” histórico³³.

Não obstante, partimos de três premissas teóricas sobre o tempo. A primeira, é a de que não existe um tempo histórico único, homogêneo e linear³⁴, mas sim, plural e heterogêneo e caótico³⁵. A segunda é a de que o tempo, na história, já não mais se reduz à descrição dos acontecimentos passados linearmente, mas sim, ao expor as singularidades existentes em cada época – e dentro de uma mesma época existem diversas outras temporalidades, inclusive em uma mesma época –, permite-nos entrever como este tempo da experiência está distribuído em diferentes temporalidades, ou melhor, em multitemporalidades³⁶.

Pensar o tempo como multiplicidade implica pensar sua constante transformação. Contudo, anteriormente, esse novo tipo de visão não vigorava. Embora a tamanha evolução na maneira de a história inserir a questão do tempo em suas inquirições não impediu que a mesma se perpetuasse, de forma engessada, em uma visão dos acontecimentos históricos sequenciados em uma linha temporal contínua, que começa na pré-história e culmina em nossos dias³⁷.

Esta visão, atualmente, passa por severas críticas quanto ao seu uso. Ou seja, “A cronologia, embora essencial, só adquire valor quando relacionada a uma cadeia de relações que lhe imprime sentido”³⁸. Terceiro, Siman ressalta em Furet que houve uma substituição da narração cronológica pela

³³ SIMAN, Lana Mara de Castro. A temporalidade histórica como categoria central no pensamento histórico: Desafios para o ensino e aprendizagem. In: De ROSSI, Vera Lúcia Sabongi; ZAMBONI, Ernesta. (Org.). In: ROSSI, V. L. S. de; ZAMBONI, E. (Org.). *Quanto tempo o tempo tem*. 2ª ed. Campinas, SP: Alínea, 2005, cap. 7, p. 112.

³⁴ A circularidade do tempo está relacionada à narrativa do mito, que acontecia de maneira circular, homogênea, cuja estrutura serve de ponte ao começo, a origem, não abarcando a ideia de cronologia. Sobre a introdução da ideia de linearidade temporal, o historiador José D’Assunção Barros nos esclarece sua origem nos hebreus, que foram os primeiros a defender uma linearidade temporal, teleológica sobre as narrativas bíblicas em direção ao Juízo Final (ao futuro), emergiram com uma ideia de tempo associada ao surgimento da História. Vale destacar que entre os gregos antigos já aparecia a ideia de tempo linear, com Epicuro e Lucrécio. O mesmo podemos dizer a respeito dos romanos antigos, cuja ênfase foi dada por Políbio a ideia de uma linearidade temporal, visando organizar os fatos que compõem a expansão do Império Romano. O mesmo podemos perceber em Santo Agostinho, só que não concentrado sobre a narrativa espaço-temporal de um povo eleito, mas antes, de toda a humanidade. Ver BARROS, José D’Assunção. Os tempos da história: do tempo mítico às representações historiográficas do século XIX. *Revista Crítica Histórica*, ano I, nº 2, dezembro de 2010, p. 181-184.

³⁵ SIMAN, Lana Mara de Castro. A temporalidade histórica como categoria central no pensamento histórico: Desafios para o ensino e aprendizagem. In: De ROSSI, Vera Lúcia Sabongi; ZAMBONI, Ernesta. (Org.). In: ROSSI, V. L. S. de; ZAMBONI, E. (Org.). *Quanto tempo o tempo tem*. 2ª ed. Campinas, SP: Alínea, 2005, cap. 7, p. 110-111.

³⁶ RAGO, Margareth. O Historiador e o Tempo. In: ROSSI, V. L. S. de; ZAMBONI, E. (Org.). *Quanto tempo o tempo tem*. 2ª ed. Campinas, SP: Alínea, 2005. cap. 2, p. 28.

³⁷ RAGO, op. Cit., 2005. cap. 2, p. 27.

³⁸ Sobre este aspecto e suas observações impressas pela escola dos Annales, ver SIMAN, Lana Mara de Castro. A temporalidade histórica como categoria central no pensamento histórico: Desafios para o ensino e aprendizagem. In: De ROSSI, Vera Lúcia Sabongi; ZAMBONI, Ernesta. (Org.). In: ROSSI, V. L. S. de; ZAMBONI, E. (Org.). *Quanto tempo o tempo tem*. 2ª ed. Campinas, SP: Alínea, 2005. cap. 7, p. 112.

história-problema, promovendo um esquadrinhamento de um problema no presente e que se apresenta em diferentes períodos do passado³⁹. Ou seja, o passado não é mais estudado em si, mas de maneira relacional com o presente, apresentando continuidades e rupturas.

Captar a historicidade do acontecimento implica em uma sensibilidade do historiador de emergir com a singularidade de um dado evento. Nesse sentido, o contexto histórico não seria visto à margem, mas vinculado ao fato e problematizado com este. Em vista disso, a percepção histórica se alarga, sendo possível “historicizar as práticas culturais, sociais ou sexuais que herdamos”⁴⁰, possibilitando, assim, que novas lições e óticas relativizadas e desnaturalizadas sobre os diferentes modos de vida sejam vistos.

Assim, tínhamos um tempo artificial, marcado pela “imobilidade da natureza humana e a verdade do sujeito fundador”⁴¹. As práticas sociais e as experiências ficavam homogêneas, desconsiderando o acaso e as diferenças e exclusões. A linha temporal contínua revelava apenas permanências e não as mudanças, diferenças e subjetividades – passado idealizado. Isso desconsiderava, inclusive, que o trabalho do historiador se dá sobre a análise, também, das práticas discursivas, o que implica dizer que as diferentes linguagens eram desconsideradas.

Dito de outro modo, a continuidade temporal legitimava e distanciava o passado do presente. Permitia-se, desse modo, moldar a história recortando-a, com vista de validação de verdades pela noção de progresso da sociedade, sem, contudo, perceber situações outras que igualmente mereciam atenção, como os objetos de estudos destacados pela Nova História. Essa prática ocorria pela necessidade porque “Dar continuidade aos costumes, aos valores, à tradição era uma tarefa fundamental”⁴².

Contudo, a captação dessas subjetividades possui suas implicações. Uma delas, como destaca Pino, é “Falar em tempo é falar da relação, por vezes complicada, entre o tempo como objeto da razão (mental ou lógico) e o tempo como experiência subjetiva”⁴³. Se a o sentido temporal é buscado no vivido, no cotidiano, os acontecimentos oficiais deixam de ter destaque para se relacionarem com

³⁹ SIMAN, Lana Mara de Castro. A temporalidade histórica como categoria central no pensamento histórico: Desafios para o ensino e aprendizagem. In: De ROSSI, Vera Lúcia Sabongi; ZAMBONI, Ernesta. (Org.). In: ROSSI, V. L. S. de; ZAMBONI, E. (Org.). *Quanto tempo o tempo tem*. 2ª ed. Campinas, SP: Alínea, 2005. cap. 7, p. 113-114.

⁴⁰ RAGO, Margareth. O Historiador e o Tempo. In: ROSSI, V. L. S. de; ZAMBONI, E. (Org.). *Quanto tempo o tempo tem*. 2ª ed. Campinas, SP: Alínea, 2005. cap. 2, p. 29.

⁴¹ RAGO, op. Cit., 2005. cap. 2, p. 33.

⁴² RAGO, op. Cit., 2005. cap. 2, p. 32.

⁴³ PINO, Angel. Tempo real, tempo vivido, representações do tempo. In: ROSSI, V. L. S. de; ZAMBONI, E. (Org.). *Quanto tempo o tempo tem*. 2ª ed. Campinas, SP: Alínea, 2005. cap. 3, p. 58.

outras instâncias de eventos. É pela memória que podemos captar essas diferentes instâncias do acontecido, e, portanto, das múltiplas experiências⁴⁴.

A problemática pode ser inserida em novas interpelações, se levarmos em consideração que a memória é igualmente possuidora de instâncias, quer individual, quer social e que se diferencia da memória histórica, que se inscreve em um passado geral, coletivo. Falar em memória implica lembrar e esquecer vivências que pertencem a um indivíduo ou a um grupo e está em constante transformação pela emergência de novas memórias sobre esse vivido⁴⁵. Mas como falar de memória em um tempo em que os eventos, na atualidade, ocorrem de maneira abrupta e passageira?

O fato de atualmente estarmos vivendo em uma época em que as mudanças se dão de maneira acelerada e constante⁴⁶ – nomeada por Hartog como presente contínuo ou presentismo – nos impede de compreendermos as dimensões temporais e de entender as problematizações referente a tríade temporal – passado, presente e futuro. A filosofia contemporânea nos apresenta que, no lugar da temporalidade cíclica, que marcou os povos pautados pela oralidade, ou, a sequência linear oriunda das práticas escritas, atualmente vigorado por este presentismo, constantemente renovado em tempo real e apresentando multiplicidades, estaríamos vivendo uma nova forma de temporalidade: a da rede de informática⁴⁷.

Rago (2005) destaca em Beatriz Sarlo a vulnerabilidade que a história atualmente se encontra, marcada pelo presentismo vigoroso nos dias de hoje⁴⁸. Implica dizer que a história se torna, ela mesma, carregada de dizeres, de ofertar os mínimos detalhes sobre tudo, a fim de poder ser creditada. Contudo, é justamente por esse excesso de informação que a história parece perder o seu lugar para a verossimilhança do detalhe. Outros fatores contribuiriam para a valorização crescente do presentismo, destaca o historiador François Hartog, que são as crescentes demandas do mercado econômico e de consumo, as novas revoluções científicas e técnicas, as novas revoluções midiáticas⁴⁹. Dessa maneira, se o passado funciona como inibidor da ação transformadora do presente, ele deve ser esquecido.

⁴⁴ SIMAN, Lana Mara de Castro. A temporalidade histórica como categoria central no pensamento histórico: Desafios para o ensino e aprendizagem. In; De ROSSI, Vera Lúcia Sabongi; ZAMBONI, Ernesta. (Org.). In: ROSSI, V. L. S. de; ZAMBONI, E. (Org.). *Quanto tempo o tempo tem*. 2ª ed. Campinas, SP: Alínea, 2005. cap. 7, p. 114.

⁴⁵ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*, 5 (10). Rio de Janeiro, 1992, p. 200-201.

⁴⁶ LUCCHESI, Anita. A História sem fio: questões para o historiador da Era Google. In: XV Encontro Regional de História - Ofício do Historiador: Ensino e Pesquisa, 2012, São Gonçalo. *Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-RIO*, 2012, p. 2.

⁴⁷ A isto voltaremos a tratar no último subtítulo deste artigo.

⁴⁸ RAGO, op. Cit., 2005, p. 29-30 apud SARLO.

⁴⁹ HARTOG, François. Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo. *Revista de História* 148, 1º, 2003, p. 27-28.

Será a melhor saída? Hartog defende que não, ao propor uma reconciliação entre passado, presente e futuro, a partir do que nomeou por regimes de historicidade. Não nos interessa, no presente momento, discorrer sobre os momentos pelos quais, o historiador adverte, deram-se os diferentes momentos desse regime. Todavia, o regime de historicidade não se assemelha a noção de época, visto por Hartog como corte temporal linear. A mobilização da noção de historicidade implica organizar o passado mediante a organização de estruturas empíricas no tempo, por meio de um “enquadramento acadêmico” e que permite pensar a nossa forma de viver atual⁵⁰. Desse modo, esse instrumento forneceria ao historiador a capacidade de se distanciar, desprendendo-se do presente e, assim, adquirindo um distanciamento sobre os fatos ou acontecimentos sobre os quais estivesse analisando⁵¹.

Ao destacar as falhas em que estão inseridas o presentismo, Hartog ressalta o seu caráter hipertrofiado, necessitando imperativamente de sua transformação como passado, ou seja, os eventos históricos atuais desejam ser vistos, imediatamente, como passado. Ademais, e diametralmente oposto, impera a vontade de reflexo sobre o futuro, a partir de excessivas pesquisas. Outra brecha percebida sobre o presentismo foi a necessidade de uma busca identitária, calcada em um resgate de memória, no que tange a “atormentada pela conservação de monumentos, de lugares antigos ou não tanto, a preservação da natureza. Ansiosa com a recuperação do que fora perdido, ou estava para ser perdido ou inquieta com o que fora “esquecido””⁵². Destarte, a “Rememoração, conservação ampla, ou renovação e reabilitação nas políticas urbanas têm valido contra a simples modernização, desafiando a sua até então inquestionada evidência”⁵³.

Esse novo movimento permite a observação da reintrodução do futuro, por meio da preocupação com a conservação e a preservação. Contudo, como destacado por Hartog, é um futuro pessimista, apenas promovendo tais conservações com o propósito de “evitar ou corrigir os maus efeitos da modernização, retardar, antes de mais nada, o desastre ecológico próximo. Tomar em consideração o futuro implica subscrever uma apólice de seguro pelo futuro: contra o futuro”⁵⁴.

Assim, resultaria para o entendimento do historiador francês, um movimento muito maior que o da reconstituição da memória: a reconstrução da história⁵⁵. Dessa maneira, o regime de historicidade

⁵⁰ HARTOG, François. Prefácio – presentismo pleno ou padrão? In: *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

⁵¹ HARTOG, op. cit., 2003, p. 28-29.

⁵² HARTOG, op. cit., 2003, p. 27-28.

⁵³ HARTOG, op. cit., 2003, p. 29.

⁵⁴ HARTOG, op. cit., 2003, p. 30.

⁵⁵ HARTOG, op. cit., 2003, p. 31.

“não é uma realidade dada. Nem diretamente observável nem registrado nos almanaques dos contemporâneos; é constituído pelo historiador”, ou seja, possibilita ao historiador a secção de experiências do passado, a fim de emergir com questões e confrontamentos que o possibilitem recuperar, analiticamente, uma parte importante da história, tornando-se essa esclarecedora aos demais eventos simultâneos e correlatos

Um relato empírico: a construção da linha do tempo digital sobre a Ilha d’Água⁵⁶

Embora a tecnologia digital e a internet tenham possibilitado às pessoas um contato instantâneo e não presencial⁵⁷, a proposta de uma linha do tempo interativa implica justamente o seu oposto: a interação, a troca de saberes que não exclui a sala de aula, mas sim, que a amplia para o meio digital. O nosso objetivo, oposto ao que Lucchesi ressaltou em Lévy (1996), sobre a desterritorialização provocada pela internet⁵⁸, é a de que a tecnologia e a rede digital sejam mais um território de exploração de saber, e não sua concentração dominante, desconsiderando os espaços de trocas presenciais de saberes.

Existem debates se as fontes digitais devem ser pensadas como reformuladoras da metodologia da história ou precisam ser apenas adaptadas ao uso⁵⁹. Mas, por hora, este não é o nosso debate central, e sim, a possibilidade de melhor aproveitamento da questão temporal como ferramenta pelo historiador e o professor de história, gerando novas formas de pesquisa inserida em uma exploração temática, como advertimos na introdução deste artigo.

Aliás, sobre esta particularidade, convém recuperar outro ponto destacado anteriormente, a de que com a Era Digital o passado se desfez, pois a aceleração de informação é tal, que torna frágil, e até desnecessário, a tríplice diferenciação temporal, como ressaltamos anteriormente. Marcella da Costa (2015) destaca que os registros históricos, muitos dos quais inseridos em plataformas e *sites* digitais, emergem com uma modalidade em voga na História e que ainda necessita de debates: a His-

⁵⁶ A linha do tempo interativa, produzida pelos autores deste artigo, pode ser consultada em: <https://prezi.com/iay-ohkqvtbt/untitled-prezi/?utm_campaign=share&utm_medium=copy>. Acesso em: 12 de março de 2016.

⁵⁷ LUCCHESI, Anita. A História sem fio: questões para o historiador da Era Google. In: XV Encontro Regional de História - Ofício do Historiador: Ensino e Pesquisa, 2012, São Gonçalo. Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-RIO, 2012, p. 3.

⁵⁸ Id., 2012, p. 3.

⁵⁹ Id., 2012, p. 5.

tória Digital. Mas como expor aos interessados em história – profissionais e diletantes – essas informações e/ou registros históricos digitalizados? A História Digital deve ser observada não apenas como uma nova ferramenta metodológicas, mas também como capacidade de conferir à história um novo campo de pesquisa⁶⁰.

As propostas curriculares de ensino de História e as Secretarias de Educação⁶¹ ressaltam a importância de articular a concepção de história e a noção de tempo, apresentando às sociedades sob suas rupturas e continuidades⁶². Uma possibilidade de articulação é a de discorrer com alunos acerca da noção de tempo, o que implicaria em uma reflexão sobre a cronologia, cuja consequência não estaria muito afastada do reducionismo, uniformidade e regularidade dos acontecimentos históricos, por ser comumente praticada. Mas, veremos adiante, que determinadas modalidades historiográficas, por vezes, ficam parcialmente circunscritas a essa linearidade, o que não impede o debate. Outro ponto que merece destaque e reformulação é a afirmativa que vigora acerca da compreensão dos eventos do presente pelo estudo dos acontecimentos passados, resumindo o passado ao papel de “comunicar um conhecimento factual”⁶³. Sim, mas como fazer?

Para apresentarmos uma possibilidade de uma linha do tempo interativa sobre a Ilha d’Água e que não exclui a ampliação de uma conferência que o tema produz, resgataremos as teorizações acerca de História da Educação Patrimonial e História Local e seu vínculo com a questão da memória, da preservação ambiental, e com isso, a recuperação dos debates de História Ambiental, todos inseridos no regime de historicidade de um presentismo em voga.

A escolha da plataforma de apresentação *Prezi* atendia a alguns objetivos mais práticos, como o de abranger o maior número possível de profissionais e estudantes na mobilização da ferramenta, visto que todas as plataformas de linha digital interativa disponíveis na internet estão em inglês. Assim, primeiramente, devemos ter o cuidado de pensar sobre os professores de História e os discentes que não dominam uma língua estrangeira.

⁶⁰ COSTA, Marcella Albaine Farias da. Tecnologia, temporalidade e História Digital: interpelações ao historiador e ao professor de História. *Revista Mosaico*, v. 8, n. 2, p. 173-182, jul./dez. de 2015.

⁶¹ Consultar: <ftp://ftp.fn.de.gov.br/web/livro_didatico/guia_pnld_2010/historia.pdf>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2016 e MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Disponível online: <ftp://ftp.fn.de.gov.br/web/livro_didatico/guia_pnld_2010/historia.pdf>. Acesso em 15 de fevereiro de 2016.

⁶² BITTENCOURT, Circe; NADAI, Elza. Repensando a noção de tempo histórico no ensino. In: PINSKY, Jaime (Org.). *O ensino de História e a criação do fato*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 1991, p. 73.

⁶³ BITTENCOURT, op. Cit., 1991, p. 76.

Mesmo sendo uma plataforma que também utiliza apenas o inglês, sua utilização é fácil e o programa é auto-explicativo, tornando-o simples de ser manuseado. Outro ponto destacado é que ela é bastante dinâmica em si, e toda a movimentação é própria do programa, não sendo necessária a interferência do autor - como é o caso do *Power Point*, por exemplo, em que a pessoa precisa acrescentar as animações -, o que atrai a atenção daqueles que a veem. Lembrando que o fator cor, tanto nas legendas quanto nos textos e imagens não devem saturar ou impedir a sua leitura/visualização. Além disso, é uma plataforma cuja versão básica é completamente gratuita, além de permitir um fácil acesso de todos, pois pode ser visualizada tanto através do uso da *internet (online)* quanto *offline*, podendo fazer o *download* do arquivo pronto. Na *figura 2* abaixo, observamos a apresentação em *Prezi* completa, para a análise do resultado do desenho da linha do tempo interativa dentro dos círculos:



Fig. 2

Prezi. <https://prezi.com/iay-ohkqvtbt/untitled-prezi/?utm_campaign=share&utm_medium=copy>. Acessos em 12 de março de 2016.

Como estamos trabalhando com a noção de patrimônio sobre um espaço físico, um lugar, é imprescindível a todos os professores e estudantes de história a recorrência a um ou vários mapas, com a indicação, por meio de um símbolo sobre a região, que em nosso caso foram mobilizadas bandeirinhas vermelhas sinalizando a Ilha d'Água. Não é uma exclusividade da Geografia, ou sobre o uso de mapas. Lembremos aqui que a nossa proposta implica em um diálogo interdisciplinar.

O uso variado de mapas permite acompanhar as transformações degradantes pelas quais o lugar passou. Fotos⁶⁴, postais e jornais antigos igualmente foram mobilizados e suas fontes indicadas, conforme observamos na *figura 3*, para apresentar como a paisagem dessa “ilha paradisíaca” era no início do século XX e como ela foi sendo alterada ao longo do tempo. Até um trecho, ou a possibilidade de ser assistido por completo, do filme “O descobrimento do Brasil”, do diretor Humberto Mauro e produzido na época em que a Ilha ainda não tinha sofrido a transformação, durante os anos 1930, foi acrescentado.

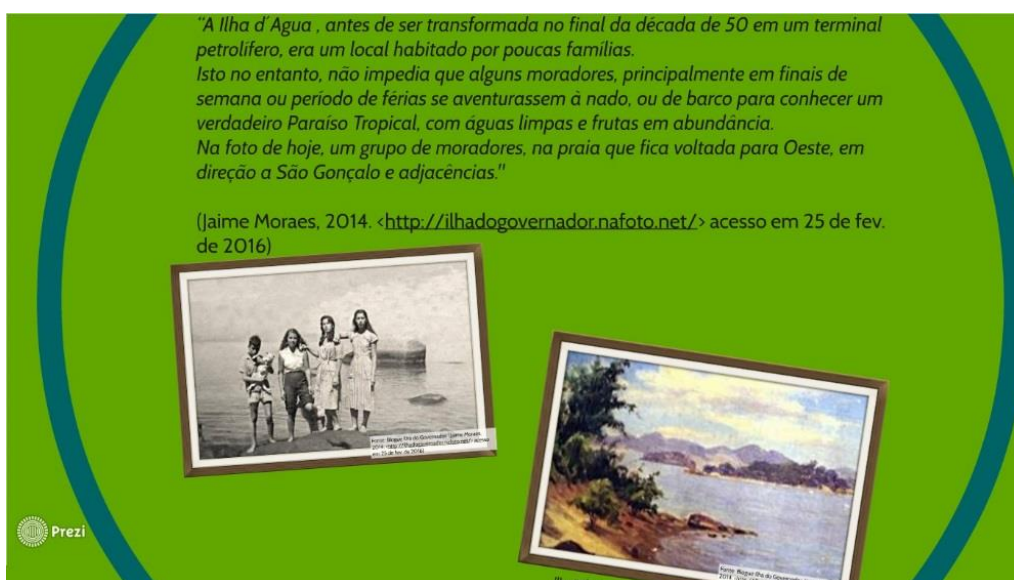


Fig. 3

Prezi. <https://prezi.com/iay-ohkqvtbt/untitled-prezi/?utm_campaign=share&utm_medium=copy>. Acessos em 12 de março de 2016.

Mas a pergunta ainda persiste: Por que a escolha pela linearidade temporal sobre a Ilha d'Água? Sendo a onipresença do presentismo marcado pela dualidade “entre a amnésia e a vontade de nada esquecer”⁶⁵, dois movimentos podem ser percebidos nesta dualidade antagônica do regime de historicidade: o tratamento conferido ao passado por uma dada sociedade; e, como a sociedade ou um grupo social pensa a si mesmo. Percebe-se, logo de início, que assim como o tempo possui as suas

⁶⁴ Agradecimento ao professor Jaime Moraes por ceder gentilmente as fotos de seu blogue para a pesquisa, e pelo contato por *email*. Jaime Moraes. <ilhajaime.nafoto.net>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2016.

⁶⁵ HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.261-273, Jul/Dez 2006, p. 261.

múltiplas temporalidades, o regime de historicidade igualmente percebe o tempo e a sociedade de diferentes modos, ou como Hartog (2006) concebe, enquanto “Maneiras de ser no tempo”⁶⁶.

Mas, pensar em si mesma e no seu passado requer resgatar uma memória, que pode ser material ou imaterial. No caso de sua materialidade, o patrimônio físico produzido, seja de um objeto ou de um lugar, relaciona-se com o tempo e a memória que produz. Destaque para o fato de o patrimônio igualmente ser múltiplo, se pensarmos que ao ser “categoria dominante, englobante, senão devorante, em todo caso, evidente, da vida cultural e das políticas públicas”⁶⁷, seu uso sofre, por vezes, modificações, inclusive o de ser substituído. E aqui convém uma reflexão: terá sido a Ilha d’Água mais que substituída, isto é, aniquilada? Veremos mais adiante.

Vale destacar, aliás, que isso gera discussões, inclusive no âmbito dos usos e abusos sobre o patrimônio. Essas implicações passam sobre a necessidade de memória, emergindo com o processo de patrimonialização ou musealização⁶⁸, cujas obras arquitetônicas inseridas nesse processo devem somente pertencer a arquitetos falecidos. Para Hartog, “Isso é um indício muito claro deste presente que se historiciza”⁶⁹. Esse processo pode ser observado nos programas políticos de revitalização dos centros urbanos. Ao promover a revitalização, musealização e circulação social dialogam em um mesmo espaço.

Hartog destaca, então, o caso da França, aonde houve a substituição de uma história-memória para uma história-patrimônio, ou seja, enquanto o patrimônio ainda não está inserido na memória, o objeto/lugar não é ainda fonte de memória; logo, de identidade. No caso da Ilha d’Água, sua brutal modificação resultante da instalação do terminal marítimo da Petrobrás na região (*figura 4*) aniquilou a possibilidade de memória, identidade ou patrimônio. Ela não foi substituída ou modernizada, e sim, utilizada para fins econômicos, daí sustentarmos que esse modelo de substituição francesa não se enquadraria no caso de nossa Ilha e que se apresenta em nossa linha do tempo, por meio de reportagens mais atuais⁷⁰. Assim, a situação se mostra bem pior.

⁶⁶ Id., 2006, p. 261.

⁶⁷ Id., 2006, p. 265.

⁶⁸ Id., 2006, p. 268.

⁶⁹ Id., 2006, p. 268.

⁷⁰ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. Disponível online: < <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2016.

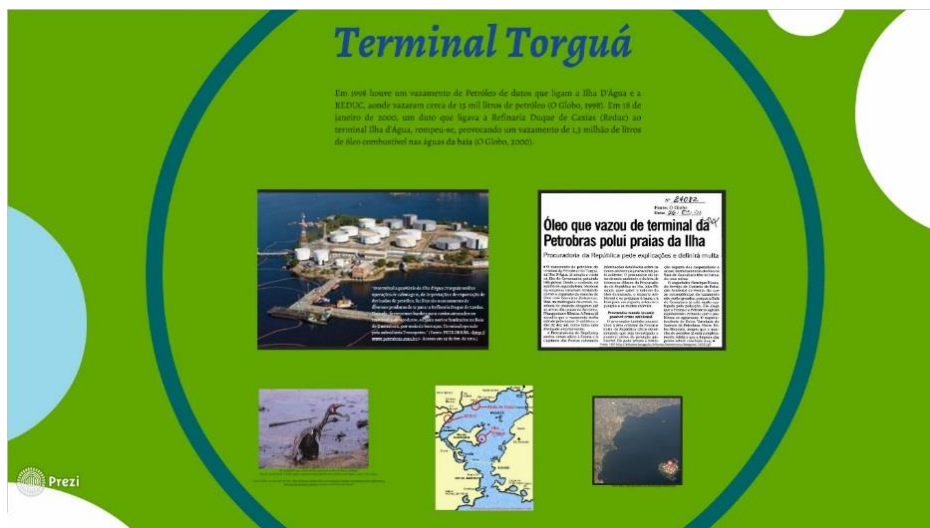


Fig. 4

Prezi. <https://prezi.com/iay-ohkqvtbt/untitled-prezi/?utm_campaign=share&utm_medium=copy>. Acessos em 12 de março de 2016.

Como um patrimônio também define o território, o aniquilamento patrimonial de um objeto/lugar torna a identidade sobre o território instável, incorrendo na possibilidade de esquecimento, que outrossim provoca a mesma consequência sobre a memória. Destarte, “O patrimônio se apresenta como um convite à amnésia coletiva”⁷¹. Portanto, o compromisso que a nossa proposta evoca, acerca da memória, inserida em uma “ardente obrigação”⁷² de recuperar e reavivar um patrimônio, e assim, sua identidade. Terá sido tudo? Não. Um resgate identitário e patrimonialístico se faz somente quando se concilia progresso e preservação. Mas que tipo de preservação? Segundo Hartog, ela deve incidir sobre “Este mundo, o nosso, as gerações futuras, nós mesmos”⁷³. Ao nos defirmos na preservação do patrimônio, uma aura da memória se torna crucial, permitindo nossa relação com o passado e o presente.

⁷¹ Id., 2006, p. 266.

⁷² Id., 2006, p. 266.

⁷³ Id., 2006, p. 271.

Considerações finais

No decorrer do artigo, observamos a partir da memória fotográfica processo de transformação da Ilha d'Água com a implantação da Petrobrás em seu território nos anos 50. A Ilha foi utilizada nos anos 30 para filmagens do longa “O Descobrimento do Brasil”, e também houve uma tentativa de locação de um depósito de explosivos de acordo com reportagem de época do Jornal Diário da Noite (1934), além de ser utilizada até os anos 50 como moradia de famílias e também como área de lazer de moradores do entorno⁷⁴.

A Ilha teve a sua paisagem transformada, e os seus moradores retirados para que nos anos 60 começassem as obras do terminal marítimo, em que é chamado de “Terminal Torguá” oficialmente pela Petrobrás S.A..

Houveram vazamentos de Petróleo do Terminal Torguá, na Ilha d'Água depois da sua instalação e início de operação, e é notável que ainda há esses mesmos riscos observados em manchetes do Jornal O Globo⁷⁵. O vazamento de detritos químicos, provenientes da Petrobrás no mar da baía de Guanabara causou mortandade de animais durante os anos, e inclusive contaminação da água, que misturada a detritos orgânicos de esgoto doméstico, causam na não apropriação de algumas praias da região para o uso de banhistas resultados de mudanças urbanísticas que de acordo com Sedrez (2004) agravaram o processo de poluição da baía de Guanabara. A transformação da Ilha também é um processo de urbanização, já que no lugar do meio natural foi implantado um meio artificial para o usufruto da economia humana.

A Ilha d'Água é uma referência escolhida pela nossa pesquisa para o debate sobre a educação em história local, conforme Silva (2009) ilustra. Discutimos então com a tecnologia a uma forma de medir o tempo e observar um tempo histórico, mostrando as ações do homem dentro de um “*continuum*” histórico⁷⁶ que a Ilha proporcionou a partir das fontes secundárias, entre fotografias, pinturas e documentos sob o domínio público na *internet*.

⁷⁴ BEZERRA, Carolina Cavalcanti. O DESCOBRIMENTO DO BRASIL (1937): UMA LEITURA Histórica do Primeiro Filme Educativo Produzido pelo Governo Vargas. (ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005).

⁷⁵ O GLOBO, 1998; 2000: < <http://oglobo.globo.com/economia/petroleo-e-energia/petrobras-tera-de-indenizar-pescadores-em-50-milhoes-por-vazamento-na-baia-de-guanabara-12561414>>. Acesso em: 1 de março de 2016.

⁷⁶ SIMAN, Lana Mara de Castro. A temporalidade histórica como categoria central no pensamento histórico: Desafios para o ensino e aprendizagem. In: De ROSSI, Vera Lúcia Sabongi; ZAMBONI, Ernesta. (Org.). In: ROSSI, V. L. S. de; ZAMBONI, E. (Org.). *Quanto tempo o tempo tem*. 2ª ed. Campinas, SP: Alínea, 2005, p. 112.

É apresentado no presente artigo e na linha do tempo sobre a Ilha d'Água a importância sobre a preservação e valorização de um patrimônio⁷⁷ que sofreu transformações urbanas e econômicas, e utilizando meios tecnológicos⁷⁸ como o *Prezi*, possibilitou uma análise em formato de linha do tempo de forma cronológica, relacionando com o quantitativo temporal e a sucessão linear de acontecimentos e datas⁷⁹.

Este trabalho é voltado para o uso paradidático com alunos do ensino fundamental e médio, de forma interdisciplinar. Compreendemos a necessidade dos dois tipos de público-alvo, exigindo do professor o sutil cuidado de nivelar de acordo com o ano, seja no fundamental, seja no médio.

Referências bibliográficas

- BAGÚ, Sergio. *Tiempo, realidad social y conocimiento*. México, Siglo XXI, 1970.
- BARROS, José D'Assunção. Os tempos da história: do tempo mítico às representações historiográficas do século XIX. *Revista Crítica Histórica*, ano I, nº 2, dezembro de 2010. Disponível em: <http://www.revista.ufal.br/criticalhistorica/index.php?option=com_content&view=article&id=72:os-tempos-da-historia&catid=41:artigos&Itemid=56>. Acesso em 12 de fevereiro de 2016.
- BERTOLI, Ana Lucia. RIBEIRO, Maisa de Souza. Passivo ambiental: estudo de caso da Petróleo Brasileiro S.A-Petrobrás. A repercussão ambiental nas demonstrações contábeis, em consequência dos acidentes ocorridos. *Rev. adm. contemp.* v.10 n.2 Curitiba abr./jun. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-6552006000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 28/02/2016.
- BEZERRA, Carolina Cavalcanti. O DESCOBRIMENTO DO BRASIL (1937): UMA LEITURA Histórica do Primeiro Filme Educativo Produzido pelo Governo Vargas. (ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005).
- BITTENCOURT, Circe; NADAI, Elza. Repensando a noção de tempo histórico no ensino. In: PINSKY, Jaime (Org.). *O ensino de História e a criação do fato*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 1991.
- CARVALHO, A. M. F. M. A Baía de Guanabara: os itinerários da memória. *Revista USP*. São Paulo, n. 30, PP.156-169. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25915/27647>>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2016.
- CASTRO, Magali. Educação e Patrimônio: O papel da Escola na preservação e valorização do Patrimônio Cultural. *Pedagogia em ação*, v.2, n.2, p. 1-117, nov. 2010 - Semestral. Disponível em:

⁷⁷ CASTRO, Magali. Educação e Patrimônio: O papel da Escola na preservação e valorização do Patrimônio Cultural. *Pedagogia em ação*, v.2, n.2, p. 1-117, nov. 2010

⁷⁸ COSTA, Marcella Albaine Farias da. Tecnologia, temporalidade e História Digital: interpelações ao historiador e ao professor de História. *Revista Mosaico*, v. 8, n. 2, p. 173-182, jul./dez. de 2015.

⁷⁹ TURAZZI, M. Inez e GABRIEL, Carmen Teresa. O fio e a trama: os tempos da História. In: TURAZZI, M. Inez e GABRIEL, Carmen Teresa. *O tempo e a História*. São Paulo: Ed. Moderna, 2000.

- <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/viewFile/4840/5023>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2016.
- COELHO, Victor. *Baía de Guanabara: Uma história de agressão ambiental*. Rio de Janeiro. Casa da Palavra, 2007.
- COSTA, Marcella Albaine Farias da. Tecnologia, temporalidade e História digital: interpelações ao historiador e ao professor de História. *Revista Mosaico*, v. 8, n. 2, p. 173-182, jul./dez. de 2015.
- FLAMARION, Ciro Cardoso. *Ensaio racionalistas: filosofia, ciências naturais e história*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- GLEZER, Raquel. A noção do tempo e o ensino de história. *LPH - Revista de História*, v. 2, nº 1, 1991.
- HARTOG, François. Prefácio – presentismo pleno ou padrão? In: *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- HARTOG, François. Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo. *Revista de História* 148, 1º, 2003.
- HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.261-273, Jul/Dez 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v22n36/v22n36a02.pdf>>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2016.
- LUCCHESI, Anita. A História sem fio: questões para o historiador da Era Google. In: XV Encontro Regional de História - Ofício do Historiador: Ensino e Pesquisa, 2012, São Gonçalo. *Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-RIO*, 2012. Disponível em: <http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338518449_ARQUIVO_Ahistoriasemfio-AnpuhRJ-Textocompleto-AnitaLucchesi-31.05.12final.pdf>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2016.
- MACIEL COSTA, Maria Angélica. Da lama ao caos: um estuário chamado Baía de Guanabara. *Cadernos Metrópole*, vol.17 no.33.São Paulo, maio 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cm/v17n33/2236-9996-cm-17-33-0015.pdf>>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2016.
- NADAI, Elza; BITTENCOURT, Circe M. F. Repensando a noção de tempo histórico no ensino. In: PINSKY, Jaime. (Org.) *O ensino de história e a criação do fato*. São Paulo: Contexto, 1991.
- ORIÁ, Ricardo. Educação patrimonial: conhecer para preservar. Disponível online em: <<http://www.aprendebrasil.com.br>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2016.
- PAZ, Octavio. A tradição da ruptura. In: _____. *Os filhos do barro. Do romantismo à vanguarda*. Tradução Olga Savary. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*, 5 (10). Rio de Janeiro, 1992.
- PINO, Angel. Tempo real, tempo vivido, representações do tempo. In: ROSSI, V. L. S. de; ZAMBONI, E. (Org.). *Quanto tempo o tempo tem*. 2ª ed. Campinas, SP: Alínea, 2005. cap. 3, p. 48-61.
- RAGO, Margareth. O Historiador e o Tempo. In: ROSSI, V. L. S. de; ZAMBONI, E. (Org.). *Quanto tempo o tempo tem*. 2ª ed. Campinas, SP: Alínea, 2005. cap. 2, p. 25-48.
- RIBEIRO, Célia. Metacognição: um apoio ao processo de aprendizagem. *Psicol. Reflex. Crit.* [online]. 2003, vol.16, n.1, pp. 109-116. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v16n1/16802.pdf>>. Acesso em: 8 de março de 2016.
- SCALDAFERRI, Dilma Célia Mallard. Concepções de tempo e ensino de história. *História e Ensino*, Londrina, v. 14, agosto de 2008, p. 53-70. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/11522/10227>>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2016.
- SEDREZ, Lise. *The Bay of All Beauties: State and Environment in Guanabara Bay, Rio de Janeiro, Brazil, 1875-1975*. Tese de doutorado. Universidade de Stanford, 2004.
- SIMAN, Lana Mara de Castro. A temporalidade histórica como categoria central no pensamento histórico: Desafios para o ensino e aprendizagem. In; De ROSSI, Vera Lúcia Sabongi; ZAMBONI,

- Ernesta. (Org.). In: ROSSI, V. L. S. de; ZAMBONI, E. (Org.). *Quanto tempo o tempo tem*. 2ª ed. Campinas, SP: Alínea, 2005. cap. 7, pág. 109 – 141.
- SILVA, Marcos A. da. Patrimônios históricos. In.: *História o prazer em ensino e pesquisa*. São Paulo, Brasiliense, 1995.
- SILVA, Giane De Sousa. *Programa de Desenvolvimento Educacional: História Local: uma experiência em educação histórica*. Londrina, 2009.
- SOUZA, Leonardo. A lição que vem do Rio. *Revista Época*. Editora Globo. Edição Especial. Rio de Janeiro, 9/03/2013. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Brasil/Especial/noticia/2013/03/licao-que-vem-do-rio.html>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2016.
- TURAZZI, M. Inez e GABRIEL, Carmen Teresa. O fio e a trama: os tempos da História. In: TURAZZI, M. Inez e GABRIEL, Carmen Teresa. *O tempo e a História*. São Paulo: Ed. Moderna, 2000.

Sites consultados

- HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. Disponível online: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2016.
- JAIME MORAES. <ilhajaimenafoto.net>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2016.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Disponível online: <ftp://ftp.fnde.gov.br/web/livro_didatico/guia_pnld_2010/historia.pdf>. Acesso em 15 de fevereiro de 2016.
- O GLOBO. Disponível online: <<http://oglobo.globo.com/economia/petroleo-e-energia/petrobras-tera-de-indenizar-pescadores-em-50-milhoes-por-vazamento-na-baia-de-guanabara-12561414>>. Acessos em: 1 de março de 2016.
- PETROBRÁS. Disponível online: <<http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/terminais-e-oleodutos/terminal-ilha-d-agua.htm>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2016.
- UNESCO. Disponível online: <<http://www.unesco.org/culture/ich/en/convention>>. Acessos em: 15 de fevereiro de 2016.

Artigo recebido em: 13/03/2016

Artigo aprovado em: 13/05/2016